

# Arquitetura e Urbanismo:

PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

Jeanine Mafra Migliorini  
(Organizadora)

# Arquitetura e Urbanismo:

PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

Jeanine Mafra Migliorini  
(Organizadora)

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

iStock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Arquitetura e urbanismo: patrimônio, sustentabilidade e tecnologia 2

**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Flávia Roberta Barão  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadora:** Jeanine Mafra Migliorini

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arquitetura e urbanismo: patrimônio, sustentabilidade e tecnologia 2 / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. - Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-316-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.160211607>

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. I. Migliorini, Jeanine Mafra (Organizadora). II. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

A arquitetura desde sua origem é carregada de significado e simbolismo. Desde construções como Stonehenge, uma construção não habitável, estamos cercados de desejos e representações, na maioria das vezes implícitas, sobre o poder do homem diante da natureza e diante dos demais. Essa necessidade de expressão percorre toda história e é atestada pela arquitetura que resiste ao tempo. Basta um olhar mais atento para percebermos os indícios e assim podermos mergulhar em um universo de possibilidades de interpretação dessa arquitetura. Nos artigos apresentados nos deparamos com alguns desses monumentos de resistência da história, testemunhos de um tempo que muito tem a nos dizer, a nos orientar e conduzir por reflexões acerca de nossa realidade, e o que se projeta para o futuro.

O poder da arquitetura sobre nossas atitudes é muito mais amplo do que se percebe em um primeiro olhar, em consequência disso a produção desse espaço merece um cuidado que vai além da decisão da técnica. Produzir um lugar de viver, em qualquer escala, é trabalho que necessita de análises de condições ambientais, tecnológicas e sociais. Perceber o usuário do espaço, entender suas necessidades e muitas vezes limitações cotidianas é fundamental para o trabalho; assim como passando à outra escala, mais ampla, as consequências das decisões sobre o ambiente, quais escolhas e como elas refletem no meio em que vivemos.

Todos esses processos que envolvem a arquitetura e o urbanismo trazem uma grande responsabilidade aos seus produtores, que oferecem consequências imediatas e outras tantas que perdurarão por muito tempo, então é através de um trabalho consciente, amplo em suas reflexões que chegaremos, cada vez mais próximos a um produto equilibrado ambientalmente, socialmente, simbolicamente, que alcance uma das maiores premissas da arquitetura: o equilíbrio entre a forma e a função.

Boa leitura e ótimas reflexões!

Jeanine Mafra Migliorini

## SUMÁRIO

### CAPÍTULO 1..... 1

O RECONHECIMENTO DOS BENS CULTURAIS COMO SUPORTE AO RESTAURO NA ATUALIDADE

Juliana Cunha Barreto

Virginia Pitta Pontual

José Manuel Aguiar Portela da Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116071>

### CAPÍTULO 2..... 13

AVALIAÇÃO QUALITATIVA DAS INFORMAÇÕES PARA A CONSERVAÇÃO DE BENS ARQUITETÔNICOS DE ACORDO COM OS TIPOS DE INVENTÁRIOS CIENTÍFICOS NACIONAIS

Ana Paula Ribeiro de Araujo

Ricardo Ferreira Vieira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116072>

### CAPÍTULO 3..... 29

OLINDA, DO MARTÍRIO À GLÓRIA: A HISTÓRIA DA CIDADE MONUMENTO NACIONAL ATRAVÉS DO PROCESSO DE TOMBAMENTO DO IPHAN (1972-1980)

Camilla Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116073>

### CAPÍTULO 4..... 44

O MERCADO MUNICIPAL DE TAUBATÉ: ESPAÇO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Claudia Maria de Moraes Santos

Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali

Valéria Regina Zanetti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116074>

### CAPÍTULO 5..... 54

O TESTEMUNHO DA FORMA - MODIFICAÇÕES DOS EDIFÍCIOS HISTÓRICOS DO BAIRRO DE SÃO JOSÉ

Maria de Lourdes Carneiro da Cunha Nóbrega

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116075>

### CAPÍTULO 6..... 68

ARQUITETURA SERTANEJA: CONTRIBUTOS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO RURAL DA REGIÃO SERIDÓ POTIGUAR

Maria Rita de Lima Assunção

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116076>

### CAPÍTULO 7..... 82

PATRIMÔNIO AFRO-BRASILEIRO: MAPEAMENTO DAS AÇÕES DO COMITÊ GESTOR NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS TURÍSTICAS QUE SE ARTICULAM COM

## A PRESERVAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO CAIS DO VALONGO

Aline Karina de Araújo Dias

Joseane Paiva Macedo Brandão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116077>

## **CAPÍTULO 8..... 99**

### INCURSÕES POR PAISAGENS ART DÉCO: CONEXÕES SÃO PAULO-BAHIA

Maria Ângela Barreiros Cardoso

Saïde Kahtouni

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116078>

## **CAPÍTULO 9..... 116**

### O CONCEITO DE INTEGRIDADE NA CONSERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA

Allana de Deus Peixoto

Carlos Eduardo Luna de Melo

Flaviana Barreto Lira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116079>

## **CAPÍTULO 10..... 128**

### CASAS MODERNISTAS COMO PATRIMÔNIO EM CACHOEIRA DO SUL

Ana Elisa Souto

Laline Elisangela Cenci

Renata Venturini Zampieri

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160710>

## **CAPÍTULO 11..... 139**

### MODERNISMO EM MACEIÓ: EDIFICAÇÕES ESQUECIDAS DO JARAGUÁ AO CENTRO

Tamires Aleixo Cassella

Letícia Brayner Ramalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160711>

## **CAPÍTULO 12..... 152**

### EMIL BERED: HABITAÇÃO COLETIVA MODERNA PORTOALEGRENSE

Angela Cristiane Fagundes

Maitê Trojahn Oliveira

Silvio Belmonte de Abreu Filho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160712>

## **CAPÍTULO 13..... 171**

### ANÁLISE ARQUITETÔNICA DO CLUBE DO TRABALHADOR NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE: TERTULIANO DIONÍSIO, 1962

Vitória Catarine Soares Pereira

Paula Emanuelle Silva Pequeno

Adriana Regina Sarmiento Vieira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160713>

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>184</b>
LIMIARES E DISPUTAS: EXPERIMENTAÇÕES MODERNISTAS NO PLANO AGACHE Thiago Santos Mathias da Fonseca  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160714">https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160714</a>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>199</b>
LA PLAZA DE ARMAS DE SANTIAGO EN EL SIGLO XVIII: ¿PLAZA CÍVICA, ZOCO O TIÁNGUEZ? Mauricio Baros Townsend  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160715">https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160715</a>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>214</b>
(RE)CONHECENDO O ÁGUA LIMPA: O RESGATE DA HISTÓRIA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL Amanda Lopes da Silva Fernanda Vieira da Silva Janaina Faleiro Lucas Mesquita Rafaella Lasmaz Bozetti  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160716">https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160716</a>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>225</b>
CIDADES CRIATIVAS E REQUALIFICAÇÃO URBANA: CONSUMO DO ESPAÇO E DINÂMICA SOCIOESPACIAL NA ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CORDEIRÓPOLIS (SP) Eduardo Alberto Manfredini  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160717">https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160717</a>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>238</b>
A ARQUITETURA HÍBRIDA – UM PARADIGMA TEÓRICO? Larissa Miranda Kravchenko Pedro Henrique Máximo Pereira  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160718">https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160718</a>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>255</b>
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: TRANSFORMAÇÃO DA CLÍNICA TRADICIONAL DE MUNDOS ISOLADOS EM LUGAR DA MULTITERRITORIALIDADE Sarah Gabriela de Carvalho Oliveira José Gustavo Francis Abdalla  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160719">https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160719</a>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>267</b>
AMBIÊNCIA E TERRITÓRIO EM PROJETOS EMERGENCIAIS: OS CASOS DE MARIANA E BRUMADINHO Leonardo Valbão Venancio Bruno Massara Rocha  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160720">https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160720</a>	

<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>278</b>
ARQUITETURA DA ALTERIDADE COMO SUBSÍDIO PARA REQUALIFICAÇÃO DE IMÓVEIS VAZIOS NO BAIRRO DE SÃO JOSÉ (LESTE), NO CENTRO DO RECIFE	
Larissa Fonseca da Cunha	
Andrea Melo Lins Storch	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160721">https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160721</a>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>288</b>
DIMENSÃO RIBEIRINHA COMO REFERÊNCIA DE PROJETO DE ARQUITETURA PARA A AMAZÔNIA	
Tainá Marçal dos Santos Menezes	
Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160722">https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160722</a>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>301</b>
ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: UMA REFLEXÃO SOBRE A RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA NO NORDESTE BRASILEIRO	
Ruana Rafaela Batista Paiva	
Trícia Caroline da Silva Santana	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160723">https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160723</a>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>318</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>319</b>

## CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: TRANSFORMAÇÃO DA CLÍNICA TRADICIONAL DE MUNDOS ISOLADOS EM LUGAR DA MULTITERRITORIALIDADE

Data de aceite: 01/07/2021

Data de submissão: 04/06/2021

**Sarah Gabriela de Carvalho Oliveira**

PROAC/UFJF, Barbacena (MG)

lattes: <http://lattes.cnpq.br/1980711037112393>

**José Gustavo Francis Abdalla**

FAU/PROAC/UFJF, Juiz de Fora (MG)

lattes:<http://lattes.cnpq.br/9007018919636001>

**RESUMO:** A Reforma Psiquiátrica foi estabelecida para outorgar os direitos das pessoas com sofrimento mental e reabilitá-las psicossocialmente. Com a sua formalização legal em 2002, “novos dispositivos e tecnologias de cuidados foram estabelecidos para desconstruir o hospital psiquiátrico em suas bases conceituais e assistenciais e promover a cidadania e a inserção social de pessoas que sofrem com os transtornos mentais” (AMARANTES, 2003, p.7). Esses novos equipamentos, destacando os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), buscam, em meio aos processos assistenciais formais e humanos-ambientais, trabalhar com a lógica da heterogeneidade e a construção social para a re-territorializar seus usuários na cidade. O objetivo do presente artigo é discutir a complexidade da mudança de filosofias e práticas do sistema manicomial para a Reforma Psiquiátrica, e seus reflexos na relação entre usuário, serviço, espaço, cultura, cuidado cognitivo e subjetividade.

**PALAVRAS-CHAVE:** CAPS, Território, Reforma

Psiquiátrica.

### CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: TRANSFORMATION OF THE TRADITIONAL CLINIC OF ISOLATED WORLDS IN PLACE OF MULTITERRITORIALITY

**ABSTRACT:** The Psychiatric Reform was established to concede the rights of people with mental disabilities. The legal formalization happened in 2002: “new devices and care technologies were established to deconstruct the psychiatric hospital and to promote citizenship and the social insertion of people suffering from mental disorders” (AMARANTES, 2003, p.7). These new equipments, highlighting the Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), work with the logic of heterogeneity and social construction to re-territorialize their users in the city. The aim of the present article is to discuss the complexity of the change of philosophies and practices of the asylum system for the Psychiatric Reform, and its reflexes in the relation between user, service, space, culture, cognitive care and subjectivity.

**KEYWORDS:** CAPS, Territory, Psychiatric Reform.

## 1 | INTRODUÇÃO

Este texto traz uma análise das arquiteturas a partir de um recorte que retroage ao final do século XVIII. Isto permite descrever e explicar transformações que culminam nas reformas psiquiátricas que vivenciamos na atualidade, tanto fora, quanto no Brasil. Trabalha-

se aspectos históricos-conceituais da abordagem da saúde e busca sua repercussão na organização físico-social do espaço da arquitetura e urbanismo, tais como: estratégias de localização das instituições nas cidades, orientações para os desenhos setoriais e layout dos lugares e instalações. Estudos sobre territorialização mostram-se também importante neste contexto, implicando que os equipamentos de assistência à saúde mental atuantes na Reforma Psiquiátrica Brasileira têm a potencialidade de reconstruir territórios existenciais, englobando interação dinâmica entre cenários sociais do cotidiano, formação de multiterritorialidades e estruturação de novos lugares, ambientes e ambiências para seus usuários e, conseqüente, novas complexidades para suas relações humanas.

## 2 | REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A Instituição Psiquiátrica (IT)

Na Europa do século XIX, o transtorno mental passa a ser considerada como doença perante a medicina. Philippe Pinel (1745-1826) e Jean-Étienne Esquirol (1772-1840) são precursores da Psiquiatria: um campo técnico-científico considerado revolucionário no século XIX ao propor o início de estudos e procedimentos terapêuticos para o tratamento e cura do sofrimento psíquico. Anteriormente, o tratamento mental ocorria em hospitais, prisões ou leprosários, locais caracterizados, majoritariamente, pela desordem, insalubridade e uso violência física, além de raramente terem médicos, conforme apontou Esquirol em 1818 (ESQUIROL apud PESSOTI, 1996, p. 153). Pinel percebeu que para seu projeto terapêutico, as amarras fisicamente postas aos asilados de nada contribuíam e, então, se pautou no tratamento da doença mental, na condição moral e da liberdade dos sujeitos. Observou também que não bastava retirar do convívio social as pessoas que apresentassem desvio da conduta, mas que elas deviam ser pesquisadas e tratadas pela medicina (SILVA, 2008, p.25). Sua clínica embasada na preocupação do diagnóstico e tratamento guiados pela razão e pela observação de casos em seu estado natural, sem distorções impostas pelo desconforto e pela violência. (PESSOTI, 1996, p. 163). A questão moral, que passou a considerar e observar os comportamentos dos sujeitos, conseqüentemente, levou à reestruturação e classificações das doenças (PESSOTI, 1996, p.155).

Complementar a tal procedimento, outra medida estudada por Pinel foi a edificação do asilo. Para ele, o edifício deveria ser mais do que um lugar que abriga ou aprisiona o interno, mas fundamentalmente parte instrumental do processo de cura. Pinel defendia que a rotina deveria estimular a sensação e a estabilidade e autocontrole dos pacientes e auxiliar o indivíduo a adquirir a autodisciplina que lhe permitisse ajudar-se a si mesmo. Como eram necessárias a observação e a vigilância integral do paciente, nesta lógica, foi preciso uma nova concepção espacial-ambiental qual oferecesse a possibilidade de

controle técnico por parte do corpo profissional. Com isso, tornou-se adequado a aplicação do conceito do Panóptico, de Jeremy Bentham, em 1787, em que sua ambientação condiz com a racionalidade disciplinar e controle de pessoas por meio de diferenciação mediante ao acesso à visibilidade (FOUCAULT, 1987). Trazido para a questão da evolução da ciência médica, Foucault (1979) assegura que:

“a questão do hospital, no final do século XVIII, é fundamentalmente a do espaço ou dos diferentes espaços a que ele está ligado. Em primeiro lugar, onde localizar o hospital (...) Em segundo lugar, é preciso não somente calcular sua localização, mas a distribuição interna de seu espaço (...) Tudo isto mostra como a estrutura espacial é um meio de intervenção sobre o doente. A arquitetura do hospital deve ser fator e instrumento de cura. O hospital-exclusão, onde se rejeitam os doentes para a morte, não deve mais existir ... O espaço hospitalar é medicalizado em sua função e em seus efeitos....” (FOUCAULT, 1979, p. 108-109).

Para Pessoti (1996, p. 163), como resultado dessa nova organização e distribuição espacial, chamam atenção os problemas e sintomas que não eram notados quando os internos estavam amontoados sem distinção nas instituições anteriores. Esquirol aprofundou o estudo dos ambientes manicomiais e, em 1838, ele não só descreve instruções precisas de como um asilo deve ser organizado e construído, como também formula um modelo de edificação a ser seguido (SCHUTZ; WICKI, 2011, p.17). Considera que a arquitetura deve proporcionar a visão sobre o interno, estabelecia-se direta correlação com a concepção panóptica de espaços dessas instituições. Em reforço a tal proposição, Amarantes (1995, p.25), aborda a criação do hospício, que vistos pela ótica de Pinel e Esquirol, parte de três presunções: (a) isolamento, para remover o paciente da “origem da sua loucura”; (b) tratamento moral, onde o psiquiatra tem o poder de trabalhar seus estudos e influências na mente perturbada; e (c) controle e vigilância, que a equipe médica poderia classificar a doença e procurar racionalmente uma cura. Com base nessas três presunções, Schutz e Wicki (2011, p. 17-18), apontam aspectos considerados ideais para edificações indicados por Esquirol, como: ser construção linear para facilita a vigilância e controle médico e reduzir o número de obstáculos nas urgências e emergências; a massa construída deve tender ao formato “U” e com um pátio central; deve ser setorizada por gêneros (masculino e feminino) e grau de agitação dos pacientes (quietos, semiquietos e agitados) e, ainda, os tipos de serviços prestados (cozinha, lavanderia, etc.) também são distribuídos respeitando-se uma hierárquica.



Fig.1: Diagrama do modelo de Asilo proposto por Esquirol.

Fonte: elaborada pelos autores.

Goffman (2010) conceitua o hospital psiquiátrico como Instituição Total (IT) ao ser um local híbrido entre comunidade residencial e organização formal, possuir um sistema rigoroso de normas e regras explícitas e um corpo social hierarquizado que criam um novo mundo social intramuros. Ao ingressar em uma IT, o sujeito possui sua “cultura aparente”, provinda das sociabilidades nutridas do mundo externo, onde Cavalcanti e Elali (2009) indicam sobre a importância funcional, simbólica e relacional dos ambientes socioemocionais para o self do indivíduo. Ao se torna interno de uma IT, o indivíduo, isolado do contexto e vivência anteriores, recebe um tratamento tal que lhe tornará despido das disposições culturais externas que lhe permitiam, até então, uma concepção de si mesmo. O autor cita que as ITs são “*estufas para mudar pessoas: cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao Eu*” (GOFFMAN, 2010, p.18). Este contexto ocorre devido a um grupo de características que são comuns a elas:

“Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob ordem de uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, a seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição” (GOFFMAN, 2010, p.17)

Em uma IT, há, portanto, uma imposição da reorganização pessoal do indivíduo de acordo com um conjunto de prescrições e proibições internas. Há uma exteriorização da privacidade devido a constante vigilância sob o interno sendo este ameaçado por punições, que pode ocorrer por efetiva violência física, caso ocorra a desobediência às regras. O objetivo é integrar o sujeito a uma massa social uniformizada e controlada pela equipe dirigente.

Para Goffman (2010), em tais instituições, se erguem dois mundos sociais e culturais diferentes. Isso acontece tanto para o interno, quanto para a administração e aqueles que prestam assistência de serviços, dado que os procedimentos de conduta são ajustados à realidade de um ambiente institucional sob constante disciplina. A mobilidade social entre os dois estratos é grosseiramente limitada; geralmente há uma grande distância social e esta é frequentemente presente. O sujeito que para lá é levado acaba construindo outros sentidos de agir e de refletir sobre as coisas, a partir de diversas pequenas e constantes expropriações e permanentes controles do seu Eu. Neste contexto, para abordar o papel do espaço proporcionado de vivência nestas edificações, tem-se que entender os conflitos de relacionamento, ao menos, entre estes dois mundos que lá coexistem: o mundo do interno e o mundo da equipe dirigente. Conjuntamente, eles formam um importante ponto de investigação arquitetônica, dado que trazem demandas e necessidades próprias ao desenvolvimento do espaço edificado para a instituição.

## **2.2 Reformulações do modelo clássico psiquiatria**

Após os postulados da Psiquiatria Clássica, Barreto (2005) destaca que há uma passagem deste modelo para outros onde as instituições começam a se tornarem mais críticas e problematizarem questões chaves como métodos terapêuticos e reaproximação social com o mundo externo. Birman e Costa 1994 (apud Lima, 2010, p.20) apontam dois grupos de correntes psiquiátricas a partir dessas mudanças: a) os que defenderam os postulados de Pinel e Esquirol mas que acrescentam novas reformulações, e.g. Retiro de Tuke, Psicoterapia Institucional de Tosqueles e Comunidades Terapêuticas de Maxwell Jones e b) os que defendiam uma ruptura radical e o fim da instituição psiquiátrica, e.g. Psiquiatria Democrática de Franco Basaglia. A evolução, a partir de então, acarreta reflexos na ambientação em no mínimo em três aspectos de ordem funcional e formal: (1) localização; (2) morfologia; (3) setorização e layout. Tais modificações retratam proposições técnicas da saúde mental de cada grupo e corrente psiquiátrica (AMARANTES, 2007 apud LIMA, 2014, p. 20).

Os ideais do grupo “A” focaram em uma reestruturação interna ao hospital psiquiátrico, tornando-se mais críticas quanto à problematização de novas abordagens terapêuticas, liberdade de circulação, desnivelamento na hierarquização entre equipe dirigente e paciente e reaproximação social. Contudo, sempre reproduzem alguns aspectos do modelo manicomial. No quesito localização, todas as correntes do grupo A mantêm os hospitais em áreas afastadas das cidades; na morfologia, a forma é alterada de acordo com a demanda de cada corrente psiquiátrica. No Retiro o planejamento funcional era direcionado para espaços campestres, semelhante a comunidades Quakers, onde o ambiente oferecia a possibilidade de criações de animais, cultivo agrícola e formação de jardins. Há flexibilização na liberdade de circulação entre interior/exterior pelo paciente, porém isso não caracteriza a reaproximação com o mundo social por serem locais isolados

do ambiente urbano. Já a Psicoterapia Institucional busca transformar os postulados de Pinel por adoção da psicanálise lacaniana com facilitação de interações sociais entre pacientes, equipe médica e comunidade. Neste caso, a transformação morfológica do lugar ocorre com a retirada dos muros, onde, além da melhor relação interior/exterior, os antigos pátios internos possibilitam circulação ao redor dos blocos edificados, aproximando-se de uma arquitetura pavilhonar. As Comunidades Terapêuticas (CT) trazem equidade e quebram hierarquias entre segmentos profissionais e pacientes, o que valoriza a liberdade de expressão. No entanto, sua práxis difere da ideologia dado que, constantemente, havia suspensão da atmosfera de permissividade. No aspecto da morfologia arquitetônica, as características espaciais se assemelham as diretrizes do Retiro. Setorização e layout, em todas as correntes, também mantêm a organização interna por gêneros de pacientes, graus de agitação e serviços prestados pela instituição. Considera-se que a leitura da arquitetura do grupo A permite notar a evolução, transformações e transição de um modelo psiquiátrico manicomial hegemônico, segregado e isolacionista, para instituições que pensam diferentes. Sobressai disso que só a morfologia da edificação conceitualmente se altera por conta das transformações internas, críticas a aspectos formais objetivos do espaço da Psiquiatria Clássica e por apresentarem abordagens terapêuticas que demandam necessidades próprias.

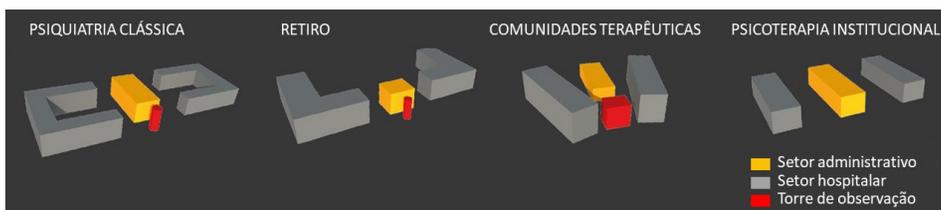


Fig.2: Diagrama da sequência de modelos de corretes psiquiátricos do grupo A.

Fonte: elaborada pelos autores.

O grupo “B” se difere das correntes já abordadas ao propor a exclusão do hospital psiquiátrico e defender a cidadania do portador de deficiência mental. A Psiquiatria Democrática de Franco Basaglia conduz medidas inéditas ao propor o tratamento mental inserido no meio social do paciente. Para arquitetura e urbanismo, as mudanças são refletidas em todas as categorias. Na localização, as edificações estão dentro da cidade formal e visam responder a necessidade da territorialidade dos indivíduos. Na questão da forma, há diferentes equipamentos, que trabalham em rede assistencial e atendem separadamente à cada demanda terapêutica: Grupos-Apartamentos, Centro de Saúde Mental (CSM) e Cooperativas de Trabalho. Contudo, tais equipamentos só possuem requisitos de localização, já que o objetivo é produzir uma relação direta entre a geografia e cultura do usuário. Para setorização e layout, cada dispositivo possui sua própria lógica

de organização e distribuição espacial quanto à ordenação de gênero, classificação da deficiência mental e serviços prestados. Nas palavras de Lima; Yassui (2014), esse grupo possibilita “*uma re-significação da posição subjetiva do portador do sofrimento mental*”. A mudança do manicômio para espaços com caráter diversificados, ditos antes “extra muros”, traz um novo no campo para psiquiatria, quebrando a organicidade histórica da corporação médica e desconstruindo as práticas anteriores. Ao colocar questões de territorialidade intercalada com a produção de subjetividades, o grupo B agrega uma responsabilização social com o sofrimento humano, ao colocar o tratamento do sujeito inserido ao local em que vive, intercalando conceitos de territorialidade com a produção da sua subjetividade.

As categorias arquitetônicas apresentadas no texto permitem afrontar a diferença do atual momento com a linha do tempo passado. Considera-se, então, que o planejamento dos locais para as práticas psiquiátricas clássicas tinha um grau de importância traduzido pela padronização das características espaciais manicomial em três níveis tratados. A combinação dessas categorias respondia a necessidade do isolamento, do tratamento moral e do controle e vigilância, os quais eram aspectos fundamentais da Psiquiatria Clássica. Com a Reforma Psiquiátrica em vigor, há uma inversão da produção de espaços para saúde mental baseado nos pressupostos antigos. Atualmente busca-se construir ambientes diversificados e “extra-muros”, inseridos no meio social e que trabalhe com o território da vida do sujeito, um objeto dinâmico, vivo e de inter-relações. O indivíduo que sofre com o transtorno psíquico deixa de ser um objeto de um saber para se tornar um ser em processo de individualização complexo.

### **3 | REFORMA PSIQUIÁTRICA E PSIQUIATRIA NO BRASIL**

Nascida como *Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental* e sendo ampliada como *Movimento da Luta Antimanicomial* na segunda metade dos anos 1980, a Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB) foi gradualmente deixando de se referir apenas a um movimento social para se transformar em política oficial do estado brasileiro (LUIZ et.al 2011). Embasada na experiência italiana da Psiquiatria Democrática de Franco Basaglia, a RPB objetivou a desinstitucionalização e a reabilitação psicossocial das pessoas acometidas por transtorno mental. Nesse sentido, buscou-se desconstruir a instituição psiquiátrica e os paradigmas que o sustentavam e conseqüentemente foram criadas redes de serviços terapêuticos inseridas no meio social (TENÓRIO, 2002).

A assistência psiquiátrica brasileira iniciou-se em meados do século XIX, em consequência da adoção de políticas médicas e a fiscalização sanitária das cidades (FONTES, 2003). A Sociedade de Cirurgia e Medicina pressionou as autoridades para a criação do Hospício Pedro II, aberto em 1852, no Rio de Janeiro. Tratava-se da primeira Instituição Psiquiátrica (IP) oficial do país, já enquadrada nos moldes da medicina do século XIX, baseada na terapia de Pinel. As IPs se intensificam nas próximas décadas

como principal forma de assistência à saúde mental no país. Novos modelos surgem, como os Asilos-Colônias, que foram instituições para tratamentos embasados nas diretrizes do Retiro de Tuke, em que os internos eram submetidos a uma rotina disciplinada focada em tarefas rurais e/ou religiosas (VENANCIO, 2011). Também foram abertas as Clínicas Psiquiátricas Privadas (CPPs). Esse tipo de assistência é caracterizado pela articulação da internação hospitalar e a privatização do tratamento mental e se caracterizavam pelo uso dos psicofármacos e no isolamento dos pacientes (TENÓRIO, 2002).

Na segunda metade da década de 1970, emergem críticas as IPs devido a três processos importantes:

- “(1) a ampliação dos atores sociais envolvidos a exigência de transformação na saúde mental;
- (2) a iniciativa de reformulação legislativa e
- (3) o surgimento de experiências institucionais bem-sucedidas no design da rede de um novo tipo de cuidado em saúde mental” (TENÓRIO, 2002, p. 34).

Dois eventos, em 1987, são significativos: I Conferência Nacional de Saúde Mental e o II Encontro Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental. As discussões nestas duas conferências foram importantes para embasar o projeto de lei no 3.657/89, de maneira popular, conhecido como Lei da Reforma Psiquiátrica. Tal proposta fundamentou-se em três aspectos:

- “(1) impedimento da construção ou contratação de novos hospitais psiquiátricos;
- (2) direcionamento dos recursos para a criação de redes extra-hospitalares de assistência e
- (3) a comunicação compulsória das internações psiquiátricas às autoridades judiciárias” (TENÓRIO, 2002, p. 36 apud VASCONCELOS, 1992).

Também foram publicadas as portarias do Ministério da Saúde de números 189/91 (BRASIL, 1991) e 224/92 (BRASIL, 1992), que norteiam o modelo assistencial de forma territorializada e em rede, dividindo a assistência em saúde mental nos seguintes equipamentos: Serviços Residenciais Terapêuticos – SRTs, Centros de Atenção Psicossocial – CAPS, unidades assistenciais da urgência e emergências, etc. Portanto, nota-se que a RPB buscou considerar o sujeito em sofrimento mental como estruturante de uma “clínica ampliada”, que o articula em meio à sua territorialidade (território, meio social e cultural) em busca da sua reabilitação psicossocial.

Sob a ótica do cenário de vida do indivíduo, pode-se apontar para a Residência Terapêutica como o elemento central da transformação, pois são nestas “casas” que o sujeito poderá experienciar o cotidiano, tanto de suas alegrias e sofrimentos, quanto de relações de grupos de iguais e da sociedade em geral, bem como se deparar com as diversidades impostas aos cotidianos dos outros sujeitos das cidades. (acho que pode ser complementado aqui) Assim, reconhecer lugares; construir histórias; se entender em meio

às diferentes escalas de proximidade de um ambiente urbano; entender limites impostos por contextos sociais, por contextos econômicos, por contextos políticos etc.; entender, diferenciar e fazer escolhas em relacionamentos, de técnicas e/ou tecnologias; estabelecer julgamentos sobre as coisas e fenômenos cotidianos; adquirir gostos por isto, ou aquilo; ter apegos e afetos; entre outras tantas infinitas possibilidades humanas. Enfim, poderá, este indivíduo, se apresentar ao mundo e se sentir parte de um todo, um todo muito maior que o universo cercado de limites de condutas e barreiras físicas de um hospital psiquiátrico ou assemelhado.

### 3.1 Territorialidade e o Atendimento Psicossocial

O conceito de território permite uma visão conjunta dos diversos processos sociais, minimamente sócio técnicos, econômicos e políticos que ocorre no espaço. De acordo com Filho e Nóbrega (2014), o território pode ser considerado um objeto dinâmico, vivo, repleto de inter-relações e que possui influência recíproca entre sociedade e a vida do indivíduo no corpo social. Outro aspecto é que ele pode ser visto como um produto socioespacial das contradições da tríade economia, política e cultura (EPC). Além disso, o território está em permanente movimento de construção, desconstrução e reconstrução (FILHO, NÓBREGA, 2010 apud SAQUET, 2003). Gilles Deleuze (1989, p. 4) afirma que:

*“o território só vale em relação a um movimento através do qual dele se sai” e “não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte” (DELEUZE, 1989, p. 595).*

Para Filho e Nóbrega (2010) apud Kastrup (2001, p.215), a territorialização nada mais é do que um processo de “habitar um território”. Esta ação está associada a vinculação ao lugar que se refere ao sentimento de posse e afeições de pertencimento que o indivíduo desenvolve em relação a um território específico. De acordo com Soczka (2005), a vinculação ao lugar é constituída pelos laços experimentados como positivos em relação ao ambiente através de ligações comportamentais, afetivas e cognitivas estabelecidas entre os indivíduos e o espaço sócio/físico ao longo do tempo. O self do sujeito constitui uma conexão com o território que o circunda. No centro desta associação, situa-se o passado e o futuro ambiental da pessoa. O passado ambiental refere-se as memórias associadas a um local, enquanto o futuro ambiental refere-se as expectativas a esse mesmo lugar baseado nas experiências passadas. Estas cognições integram ideias, sentimentos, atitudes, valores, e preferências relacionadas com a complexidade dos contextos físicos da existência cotidiana. A vinculação ao lugar conduz a uma subestrutura da auto-identidade que é composta por sentimentos de pertencimento, autonomia, segurança, satisfação e estabilidade acerca do ambiente (SOCZA, 2005).

A territorialização, desterritorialização e reterritorialização é uma marca da experiência do portador de sofrimento mental quando é desospitalizado. Ao ser internado no

manicômio, o sujeito deixa seu território e desfaz tudo aquilo que constitui como dimensão do familiar e do próprio para ingressar em uma instituição total. No hospital psiquiátrico, sofre ataques do seu EU para enquadrá-lo numa razão do Outro (objetificá-lo e docilizá-lo) de forma que o torne submisso as regras instituição, controlado pelo corpo médico e integrante de uma massa social obediente. Ao receber alta, há um nova percepção e ingresso ao meio coletivo: há uma recepção fria e hostil em que a liberação significa passar do “*topo de um pequeno mundo para o ponto mais baixo de um mundo grande*” (GOFFMAN, 2010, p.69). Goffman (2010, p.69) atribui o termo “estigma” para esse processo, onde a posição social do ex-paciente nunca mais será igual à que era antes da internação. Assim, o sujeito não retorna ao território o qual constituía o seu mundo de origem, ele precisará se reterritorializar na busca de construção de um novo mundo e um lugar para si.

Os equipamentos de Saúde Mental da Reforma Psiquiátrica, ao que tudo indica, possuem também a incumbência de cuidar e investir no processo de reterritorialização para produzir ações que facilite a reconstituição da sociabilidade, emancipação e integração social de seus usuários. A apropriação da cidade pelo ex-interno transborda o circuito de acesso aos serviços e redes de assistência e os espaços urbanos tornam-se lócus de sociabilidade. Organizar um serviço que opere segundo a lógica do território supõe o envolvimento dos contextos micro e macro social e os componentes culturais que circunda o sujeito. Elementos como a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a cooperação e a socialização permitem o desenvolvimento de um tratamento voltado a personalidade. Para tanto, é preciso criar uma intensa porosidade entre o serviço e os recursos do seu entorno para potencializar a participação social e abrir lacunas ao espaço público como lócus terapêutico.

## 4 | CONCLUSÃO

A Reforma Psiquiátrica pressupõe um processo de desconstrução do aparato manicomial, o que inclui o hospital psiquiátrico, internações compulsórias e representações sociais excludentes, por meio de estratégias políticas, culturais e sociais. Estruturar equipamentos e novas práticas que auxilia a *reterritorialização* desses sujeitos na cidade é um elemento chave nesse contexto, o que envolve as ideologias terapêuticas, a maneira de conviver com as pessoas com sofrimento mental e a forma de projetar ambientes para o tratamento cognitivo. As transformações supõem ser estruturadas de forma socio-histórica, comprometidas com liberdade e inclusão social. Isso envolve examinar a formação do sentimento de *vinculação ao lugar* pelo portador de transtorno mental, o que corresponde a interação dinâmica entre o meio social cotidiano (sobretudo entre amigos, família e vizinhos) e características do ambiente em que o mesmo acontece. Os novos equipamentos que compõe a rede de assistência propõem criar uma porosidade entre o serviço e comunidade para potencializar a inserção social e abrir brechas na cidade para

ser local de reabilitação psicossocial. Isso envolve a articulação entre território, meio social e cultural para a reabilitação psicossocial das pessoas com sofrimento mental.

## REFERÊNCIAS

AMARANTES, Paulo. **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 1995.

BARRETO, Jubel. **O umbigo da reforma psiquiátrica: cidadania e avaliação de qualidade em saúde mental**. Juiz de Fora. Ed. da UFJF, 2005. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria N° 189 de 19 de Novembro de 1991. Aprova a inclusão de Grupos e Procedimentos da Tabela do SIH-SUS, na área de Saúde Mental (Hospitais Psiquiátricos). Diário Oficial da União 1994; 30 jan.

BRASIL, Ministério Da Saúde. Portaria N° 336, de 19 de Fevereiro de 2002. Acesso em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336\\_19\\_02\\_2002.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html).

CAVALCANTI, Sylvia; ELALI, G. (Orgs.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro. 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

FONTES, Maria Paula Zambrano. **Imagens da arquitetura da saúde mental: Um estudo sobre a requalificação dos espaços da casa do sol - Instituto municipal de assistência à saúde Nise da Silveira**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Arquitetura - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir – História da Violência nas Prisões**. Petrópolis, Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

LIMA, Elizabeth Maria F. de Araújo; YASUI, Silvio. Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro. v. 38, n. 102, p. 593-606, jul-set 2014. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/sdeb/2014.v38n102/593-606/pt>. Acesso em: 12 dez. 2018.

PESSOTI, Isaias. **O século dos manicômios**. São Paulo: Editora 34, 1996.

SILVA, Leonora Cristina da. **Diretrizes para a arquitetura hospitalar pós-reforma psiquiátrica sob o olhar da psicologia ambiental**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstre-am/123456789/17547/1/LucianaM.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016.

SOCZKA, Luis. **Contextos humanos e Psicologia Ambiental**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2005.

TENÓRIO, Fernando. A Reforma Psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceitos. **Revista História, Ciências, Saúde**. Rio de Janeiro. V. 9, N.1, P.25-59, Jan-Abr. 2002.

YASUI, Silvio. **Conhecendo as origens da Reforma Psiquiátrica Brasileira: as experiências francesa e italiana**. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz. 2009

WICK, Livia; SCHUTZ, Benjamin. **Architectures for psychiatric treatment**. EPFL – École polytechnique fédérale de Lausanne, 2011.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**JEANINE MAFRA MIGLIORINI** - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em Tecnologia de Design de Interiores e em Tecnologia em Gastronomia pela Unicesumar; Especialista em História, Arte e Cultura, em Docência no Ensino Superior: Tecnologia Educacionais e Inovação e em Projeto de Interiores e Mestre em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educadora há treze anos, iniciou na docência nos ensinos fundamental e médio na disciplina de Arte. Atualmente é professora no ensino superior da Unicesumar. Arquiteta e urbanista, desenvolve projetos arquitetônicos. Escolheu a Arquitetura Modernista de Ponta Grossa – PR como objeto de estudo, desde sua graduação.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acessibilidade arquitetônica 301, 315, 317

Agache 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 196, 197

Arquitetura emergencial 267, 272, 273, 274, 275

Arquitetura moderna 57, 116, 118, 122, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 160, 161, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 182, 183, 186, 197, 242, 244, 299

Arquitetura vernacular 68

### C

Conservação urbana 82, 99, 150

Consumo e apropriação espacial 225

### D

Desterritorialização 263, 267, 268, 269, 272

Diáspora africana 82, 83, 84, 86, 96

Dimensão ribeirinha 288, 289, 290, 292, 293, 295, 296, 298

Dinâmica da cidade 225

### E

Economia criativa 225, 226, 230, 233, 236, 237

Educação patrimonial 91, 92, 96, 97, 214, 216, 217, 220, 221, 223, 224

Espaço urbano 45, 52, 53, 55, 56, 62, 63, 67, 159, 220, 222, 225, 236, 302

Estação ferroviária 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 235, 236, 237

### H

Habitação social 278, 284, 286

### I

Investigação projetual 128

IPHAN 2, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 69, 70, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 98, 114, 141, 173, 176, 189, 194, 195, 197, 224, 299

### M

Mercado municipal 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 112

Modernismo 99, 100, 105, 139, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 195

Monumento nacional 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42

## **N**

Normatização 23, 301, 307, 310

## **P**

Paisagem cultural 54, 69, 99, 108, 150, 151

Paisagem sertaneja 68, 78, 80

Patrimônio cultural 14, 16, 18, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 32, 33, 35, 42, 82, 83, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 99, 100, 105, 113, 118, 126, 137, 176, 184, 214, 216, 218, 221, 237

Patrimônio digital 13, 26

Patrimônio histórico 33, 34, 35, 39, 43, 44, 51, 52, 54, 55, 67, 80, 81, 82, 90, 105, 113, 114, 139, 146, 173, 176, 233

Patrimônio moderno 116, 118, 122, 125, 126, 138, 171

Patrimônio rural 68, 69, 70, 72, 74, 78, 79, 80, 81

Patrimônio urbano 82, 99, 102

Pertencimento 31, 90, 214, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 263, 267, 272, 274, 275

Planejamento urbano 23, 44, 55, 62, 197, 225, 230, 231, 233, 236, 237

Projeto de arquitetura 288, 289, 293, 294, 299, 300

## **R**

Reforma psiquiátrica 255, 256, 261, 262, 264, 265, 266

Representações sociais 44, 51, 52, 264, 275

Requalificação urbana 225, 236, 238

Residência universitária 146, 148, 149, 301, 302, 303, 307, 308, 309

Restauração crítica 1, 2, 4, 8, 10

Rotas culturais 99

## **T**

Técnicas de registro 13, 21, 26

Tombamento 5, 23, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 41, 42, 43, 79, 88, 92, 105, 114

Turismo cultural 37, 82, 83, 90, 96, 98, 99

Turismo étnico- afro 82, 83, 84, 96

## **U**

Urbanismo 12, 13, 14, 80, 85, 99, 108, 113, 114, 116, 126, 127, 128, 129, 137, 139, 140, 150, 151, 163, 171, 172, 174, 183, 184, 185, 187, 188, 192, 194, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 204, 206, 212, 213, 214, 216, 217, 238, 240, 247, 254, 256, 260, 265, 287, 288, 294, 298, 299, 318

Urbanismo colonial 199, 204

# Arquitetura e Urbanismo:

## PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

- 🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
- ✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# Arquitetura e Urbanismo:

## PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)